



ENSP/FIOCRUZ



**Curso de Curso de Especialização
em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão – 2024**

*Juliana Valentini*¹

60 anos do golpe empresarial militar²

Os textos discutem o período da ditadura empresarial militar brasileira a partir de distintas abordagens. Apesar da vasta quantidade de produções sobre a ditadura, com uma grande diversidade de abordagens, quando se trata de apresentar o papel decisivo que o empresariado nacional e multinacional portou na preparação do golpe, o clássico estudo de René Armand Dreifuss, “1964: a conquista do Estado”, mantém-se atual. A obra foi amparada em densa pesquisa, no até então inédito material do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, em clara metodologia de pesquisa e sólido referencial teórico. O autor detalha a conformação do empresariado brasileiro, origem das relações econômicas dos grupos empresariais e esmiúça a atuação orgânica dos seus intelectuais enquanto construtores e organizadores de um projeto de classe.

O envolvimento das empresas nas relações de poder político e econômico com o Estado não se restringiu apenas ao pré-golpe, como amplamente demonstrado por Dreifuss (1981), mas se ampliou por meio de ações de repressão coordenadas por empresas e Estado de modo articulado e complementar. O capital transnacional utilizou de toda estrutura do poder econômico e político corporativo para a gestação de um projeto que, em 1964, conforme enfatizado na obra, “conquistou o Estado”. Os

¹ Historiadora.

² Resenha dos artigos “[Resistir é Preciso... Ditadura faz mal ao Brasil](#)” (Luizinho do EISA, 04/11/2019), “[Você seria amigo de alguém que defende a ditadura?](#)” (Eguimar Felício Chaveiro, 12/04/2021) e “[Imprensa de resistência na ditadura](#)” (Agnes Zoé Garal, 07/06/2022), publicados na coluna Opinião do Blog Multiplicadores em Vigilância em Saúde do Trabalhador, entregue à disciplina “SUS: a expressão de um desejo”, Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

empresários de importantes ramos da economia nacional, ligados a corporações multinacionais, foram importantes contribuintes financeiros para a campanha que levou à queda do regime populista de João Goulart.

A atuação de empresas e empresários na repressão às organizações de trabalhadores foi identificada, no informe, por vários pesquisadores, na vigilância ou produção de listas sujas que impediam os trabalhadores organizados de encontrar trabalho em outras empresas após serem identificados e desligados; e na discriminação racial e de gênero. Constatou-se também casos de tortura e de violência sexual. Registrou-se casos de prisões ilegais com a ocultação do paradeiro e de informações às famílias e mortes de trabalhadores.

O objetivo das ações antitrabalhistas e das políticas repressivas, implementadas pelo regime civil-militar-empresarial, era submeter os trabalhadores às políticas de produtividade e disciplina nas relações entre capital e trabalho. Para tanto, foram firmadas alianças entre militares e empresários - tanto de empresas nacionais quanto de grandes corporações internacionais - que trabalharam juntos, colaboraram, financiaram a elaboração e na execução de políticas repressivas.

O avanço na produção de conhecimento sobre as ditaduras da América Latina, elucidou os vínculos econômicos, políticos, ideológicos e repressivos de amplos setores empresariais com os governos autoritários. Forneceu informações centrais que tornaram possível a realização de investigações sobre as responsabilidades de civis - particularmente empresas e empresários - na execução de ações repressivas. Ao mesmo tempo, as recentes investigações judiciais contribuíram com a produção e divulgação de documentos antes privados e inacessíveis à consulta de pesquisadores independentes.

Essas pesquisas avançaram no levantamento dos casos de violência perpetrados no âmbito econômico, que passaram pela: intensificação da exploração da força de trabalho com aumento da intensidade do ritmo e da extensão da jornada; pelos baixos salários pagos, pela ausência de reajuste e pela política de rotatividade. Outras evidências da violência se expressam no alto índice de adoecimentos decorrentes do trabalho, acidentes e danos à saúde em decorrência de trabalho em condições insalubres - os dados referentes aos acidentes de trabalho alçaram o Brasil ao título de recordista mundial, mesmo com a evidente subnotificação dos casos.

As empresas - por meio dos empresários, diretores, supervisores, funcionários etc. - executavam dois papéis centrais na repressão interna: a) normalizavam, na dinâmica de funcionamento das empresas, as diversas violações de direitos; b) atuavam como mediadoras das violências junto com órgãos repressivos. Os casos levantados apontam na direção de um sistemático processo de colaboração das empresas com a ditadura e, particularmente, com a repressão aos trabalhadores. A responsabilidade empresarial vem sendo abordada nos termos da: 1) Detenção arbitrária, tortura e assassinatos cometidos durante o regime autoritário militar; 2) violação dos direitos dos povos indígenas; 3) violência rural; 4) violência policial; 5) violação dos direitos de crianças e adolescentes; 6) violência contra a mulher; 7) discriminação racial; e 8) violência contra defensores de direitos humanos (Silva, 2023; Piovesan, 2009).

Referências

- Piovesan, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 3ª ed. SP, Saraiva, 2009.
- Silva Barros, Ana Beatriz. Acidentes e doenças do trabalho como manifestação da superexploração da força de trabalho no Brasil da ditadura empresarial-militar. In: Corrêa, Silva, M; Martins, R (orgs.). [Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul](#). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2022.
- Silva, Carla Luciana. Terrorismo de Estado, marxismo e a contribuição de Enrique Padrós à historiografia brasileira. In: *Terrorismo de Estado: definiciones, conceptos y debates*, p.49, 2023.